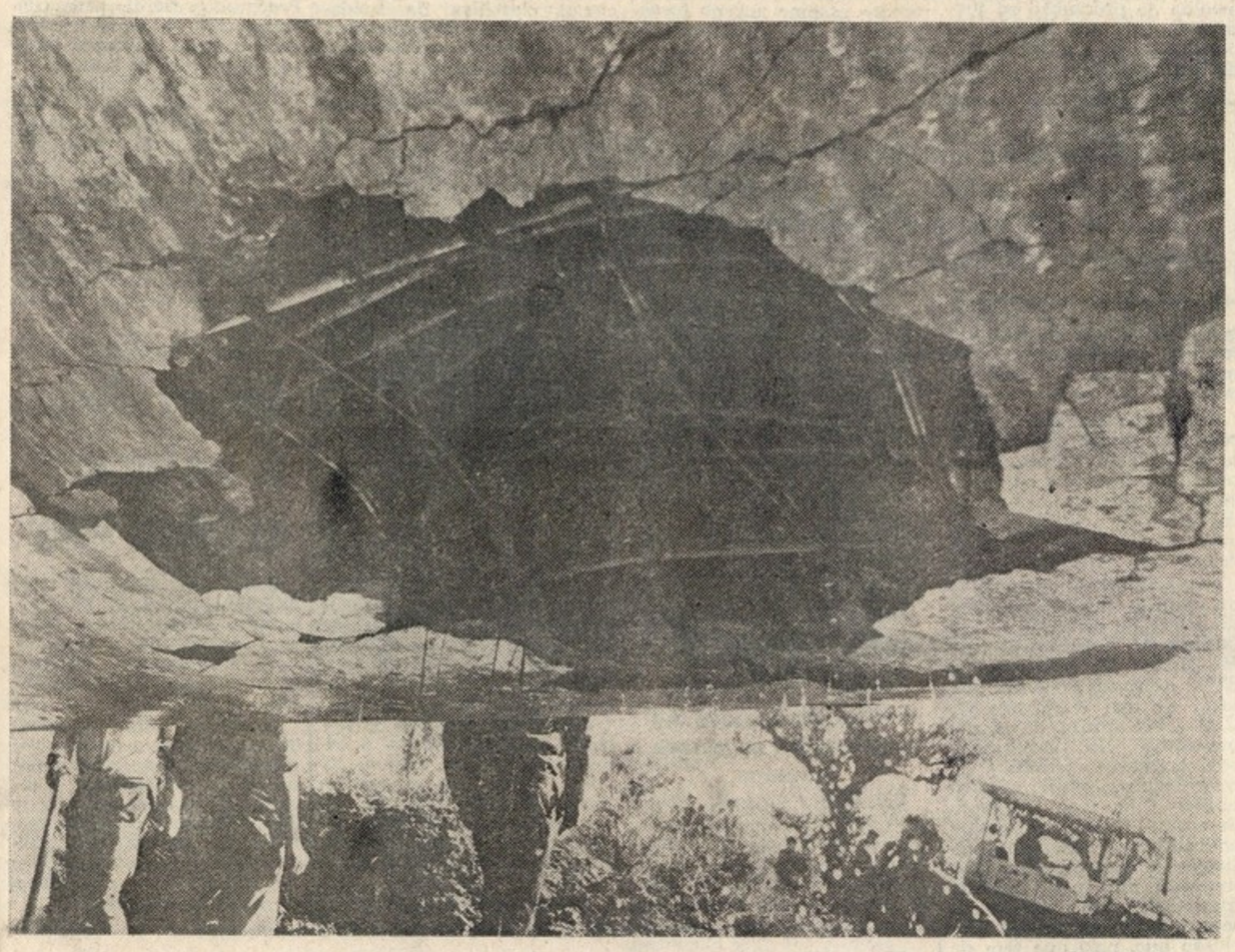
DEPÓSITO LEGAL

ANO 96.° — N.° 33 822 — Preço 6$00 — SEXTA-FEIRA, 10 de Dezembro de 1976

O SECULO

Director: JOÃO GASPAR SIMÕES — Director-adjunto: MANUEL MAGRO

ÁGUA EM LISBOA SÓ AMANHÃ (EM PARTE)



O buraco aberto na conduta, em consequência da explosão da carga de plástico

Foto Raul Santos

- *Terão sido três ou quatro os criminosos que fizeram deflagrar uma carga de plástico que rebentou a conduta da secção nascente de abastecimento*

Em conformidade com um comunicado da Empresa Pública de Águas de Lisboa, prevê-se que a reparação da ruptura no aqueduto Tejo fique concluída hoje, o que permitirá começar a fazer afluir a água a Lisboa a partir de amanhã de manhã. «A reposição do abastecimento será feita de forma progressiva, prevendo-se que, na segunda-feira, a situação fique quase restabelecida em Lisboa e em parte dos concelhos envolventes.»

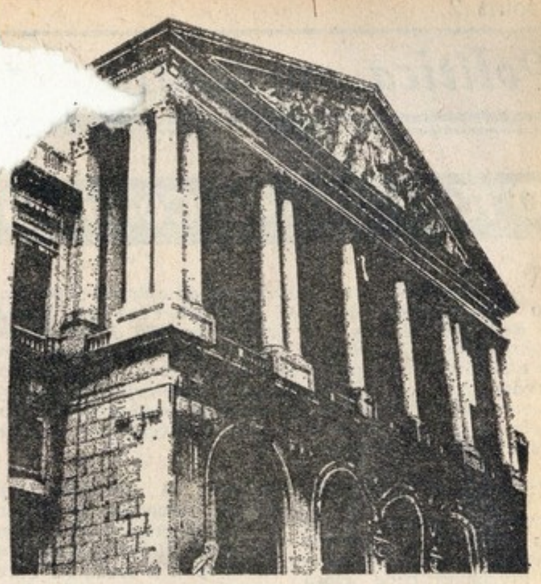
A chamada Grande Lisboa fica, assim, privada do precioso líquido em consequência de mais um acto criminoso que se verificou com a explosão, ontem, às duas horas da madrugada, de uma carga de plástico (gelamonite) na parte inferior da secção nascente da conduta, situada num local chamado «A Quintinha», perto da Póvoa de Santa Iria, abrindo um buraco com aproximadamente um metro de diâmetro, por onde um turbilhão de água se escuou até que o caudal foi fechado em Valado do Tejo e na Póvoa.

(Continuação na página 8)

Mário Soares e Pedro Pires — encontro em Cabo Verde

O primeiro-ministro da República de Cabo Verde, Pedro Pires, receberá o seu homólogo português, quando Mário Soares escalar o aeroporto do Sal, no regresso da sua visita oficial ao Brasil.

(Continuação na página 3)



13.° mês em títulos

O Governo remeteu, finalmente, à Assembleia da República, a proposta de lei referente ao pagamento do 13.° mês em títulos do Tesouro. Por julgarmos conveniente o conhecimento integral da pretensão governamental, que começou a ser debatida na sessão parlamentar de ontem à tarde, publicamos na íntegra o teor do diploma.

(NA PÁG. 3)

A Academia de Coimbra disse «não» à greve

Dois mil estudantes — dos 15 mil que a Academia de Coimbra tem... — reuniram-se em assembleia magna para decidir quanto à luta futura e axame de situação decorrente da posição anteriormente tomada quanto à greve geral. Resultado: 858 votos contra 715. Durante a reunião registaram-se sevícias em alguns estudantes afectos ao MRPP.

(NA PÁG. 9)

A Reforma Agrária no Alentejo

António Barreto denuncia graves abusos e atropelos

A denúncia pública de graves atropelos que estariam a verificar-se na zona da Reforma Agrária, a que o Governo voltou a prometer que iria pôr cobro, parece ter sido o principal objectivo da importante comunicação ao País que o ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, leu na rádio e na televisão, na quarta-feira à noite.

Aguardado com expectativa, o discurso do dr. António Barreto correspondeu ao que se esperava: em tom sereno, mas firme, o ministro apontou os casos mais escandalosos da Reforma Agrária e anunciou várias medidas, a curto e médio prazo, que integram o plano de acção do Governo para a agricultura.

Ao descrever a situação existente no Alentejo (em termos que não deixaram de contrastar com o tom mais tranquilizador que fora empregado há dias pelo Primeiro-Ministro, também na televisão), o dr. António Barreto acusou expressamente o Partido Comunista e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de responsáveis pelos atropelos verificados — e, numa atitude corajosa, não evitou deixar implícita uma crítica ao seu próprio partido, na medida em que o Ministério da Agricultura tem estado confiado, há cerca de um ano, a responsáveis do PS.

Começando por se referir à situação da agricultura portuguesa, o ministro afirmou: «Antes do 25 de Abril, a crise agrícola agravava-se seriamente. Entre 1969 e 1974, os «déficits» agrícolas, isto é, aquilo que Portugal perdia nas trocas comerciais agrícolas ou alimentares com o estrangeiro, iam subindo vertiginosamente de 30 para quase 200 milhões de dólares em quatro ano».

«Que produzir, onde produzir e como produzir nas melhores condições e com as maiores vantagens para o Povo Português, a curto, mas também a longo prazo? Foi o que sempre faltou a Portugal, e também ainda falta» — diria António Barreto, mais adiante.

Reportando-se aos últimos dois anos, o ministro afirmou: «Apesar dos erros e das dificuldades, importa sublinhar algumas medidas tomadas no bom sentido. Essas medi-

(Continuação na página 3)

No domingo é proibido caçar

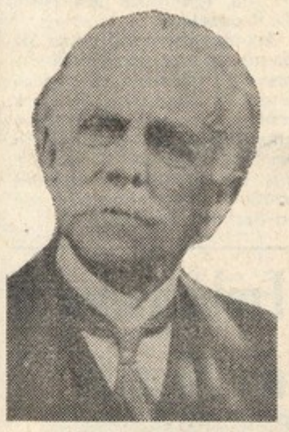
O Governo deliberou não autorizar o exercício da caça, no domingo, dia das eleições para as autarquias locais.

A respectiva portaria, assinada pelo secretário de Estado das Florestas e publicada no «Diário da República», salienta que se tomaram «em atenção alguns receios apresentados por certas entidades», pelo que se pretende «que este acto cívico decorra sem preocupações de qualquer espécie».

Por força da mesma portaria «é adiado para o dia 2 de Janeiro de 1977 o fecho da caça às espécies cinegéticas, que ocorre, normalmente, por lei, no último domingo de Dezembro».

Perdura a memória de Magalhães Lima fundador de «O Seculo»

Sebastião de Magalhães Lima, caudilho da propaganda republicana em Portugal, acrisolado patriota, jornalista intrépido (que



Sebastião Magalhães Lima, primeiro director de O SECULO e fundador da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem

nem recuava perante o duelo para defender ideias e palavras), foi um dos fundadores e o primeiro director de O SECULO.

Ardendo num idealismo que vinha dos bancos da Universidade de Coimbra, talvez mesmo da própria infância, companheiro de Sousa Leal, Guilherme de Azevedo, Luciano Cordeiro, Silva Pinto, discípulo dilecto de José Falcão, mal abriu cartório de advocacia em Lisboa, em 1880, assumiu a direcção do «Comércio de Portugal», onde nasceu O SECULO, só possível, aliás, no rescaldo-fermento do centenário de Camões, transformado pelos tribunos e pelas massas na aurora de uma nova era.

Estrénuo defensor dos seus princípios e dos princípios do grande jornal que encabeçou, Magalhães Lima, até à sua morte, em Dezembro de 1928, guardou sempre a primeira linha que a consciência lhe ditou como sendo a da sua batalha e do seu destino.

Por isso, a lápida da sua campa, no cemitério dos Prazeres, honra-lhe a memória: «Viveu e morreu republicano.» E, anteontem, aniversário da sua morte, a Liga Portuguesa

(Continuação na página 3)

Felipe González (à esquerda), com Willy Brandt, e (à direita) Pietro Nenni, numa pausa do Congresso do PSOE de Madrid

No Congresso de Madrid

Ditadura do proletariado riscada do programa do PSOE

MADRID — *(Do nosso enviado especial Roby Amorim)* — Numa Madrid que come os seus «bocadillos», que já vai tendo uma aproximação da pornografia cinematográfica que aí vai por Lisboa, que se desespera por ver praticamente afastados da liga quase todos os seus clubes futebolísticos, à política parece correr surdamente quase apenas nos fatigados e fatigantes programas oficiais da televisão. «Sim ou não ao referendo?» «Sei lá», responde mais de um quarto da população, aparentemente muito mais preocupada com a possível greve do gás de amanhã. O certo é que a oito dias do referendo sobre as alterações políticas, o Governo Suárez tem os seus trunfos na mão confiante numa visível maioria que pretende uma reforma sem *seguidismo* não jogando com o *seguidismo* como Franco jogava com o Fantasma do comunismo. Isto não sem que toda a espécie de oposição, precisamente a que não tem acesso à televisão, continue a proclamar a necessidade do não ou da abstenção.

De maneira um tanto simplista se pode dizer que a reacção votará *não* («por respeito pela memória de Franco», como afirma), que o centro votará *sim* (na esperança de ganhar posições) e que toda a esquerda se afirmará pela abstenção (enquanto o Governo não restaurar concretamente as prometidas liberdades).

(Continuação na página 5)

Autarquias locais

Incidentes assinalam o final da campanha

Quando a campanha eleitoral se aproxima do termo, surgem os primeiros incidentes significativos: nomeadamente na Costa da Caparica, em Setúbal e — sobretudo — em Coimbra. No primeiro caso, a propósito de um comício do CDS; no segundo e no terceiro, relativamente a sessões do PS.

A questão estudantil está na base do que aconteceu em Coimbra, onde Sottomayor Cardia discursou na qualidade de militante do PS, o mesmo se verificando com Manuel Alegre. O secretário de Estado da Comunicação Social, a certa altura, chegou a advertir que, se fosse preciso, o PS «mobilizaria o povo da região para vir a Coimbra varrer

(Continuação na página 4)

Política nacional

Campanha para as eleições das autarquias locais

(Continuado da página 1)

os energúmenos que infestam a sua Academia».

Particularmente enérgico foi, também, Sottomayor Cardia, que fez cerrada crítica à luta estudantil, mostrando «compreender que a população laboriosa, os estudantes e os professores de Coimbra estejam muito preocupados com uns tantos arruaceiros que pretendem perturbar o trabalho da Universidade», frisando, no entanto, que, entre milhares de questões que se colocam, «a tentativa de destruir a Universidade de Coimbra é uma questão menor». Todavia, «da mesma forma que no Alentejo se realizará a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha e retirando-a a forças políticas, também a Universidade será subtraída ao jugo dessas forças e entregue aos que realmente pretendem ensinar e aprender».

Considerou grave o problema do desemprego que ameaça a juventude, dizendo:

«Esse é o grande problema da juventude. Mas aqui os jovens devem ponderar, e a maioria seguramente já reconheceu que a grande quebra que neste momento está a lançar jovens no desemprego, ou que os está a colocar na iminência de uma situação de desemprego, foi a sabotagem económica, consciente, do gonçalvismo que levou a movimentos maciços de falências de empresas, que cavou dificuldades nas próprias empresas nacionalizadas.»

Referindo-se à contestação de anteriores gerações académicas, «desde Garrett a Miguel Torga e Manuel Alegre», diria Sottomayor Cardia:

«Estas foram verdadeiramente gerações inconformistas, foram gerações que lutaram pela liberdade dos homens, pela sua própria libertação. Mas isto não pode, de forma alguma, confundir-se com discípulos de Salazar que persistem em impor-se a esta Universidade, sob coação de um punhado de poucas centenas de energúmenos que aqui querem fazer o império do terror e do constrangimento.»

O 25 de Novembro na Universidade

Prosseguindo, disse o ministro:

«Aos estudantes eu peço que tenham coragem, que reajam a quem os quer amordaçar porque nós, antifascistas, também vivemos amordaçados 50 anos e o 25 de Abril aconteceu. Também há-de acontecer e está a caminho disso, se é que não se deu já, o 25 de Novembro na Universidade de Coimbra. Quero, contudo dizer ainda uma palavra: É que este clima de terror não pode continuar. Os camaradas terão presente que foi há pouco publicado um relatório sobre as violências exercidas sobre presos às ordens das autoridades militares. O Governo Socialista não quer retaliações, não quer vinganças. Mas não é de excluir que possa ser necessário abrir um inquérito às sevícias físicas e morais que até há pouco tempo se exerceram na Universidade de Coimbra.»

Sottomayor Cardia: alvo da contestação dos estudantes de Coimbra

O comício, promovido pela Federação Distrital do Partido Socialista, destinava-se a propaganda eleitoral, assim como à apresentação de candidatos pelo distrito de Coimbra.

Contestação

No Teatro Avenida, mais de uma centena de estudantes manifestava o seu desagrado pela política do MEIC, através das palavras de ordem já proferidas na manifestação nacional de Lisboa, o que levou os elementos do PS a reagirem contra os contestantes, estabelecendo-se grande tumulto, sendo mesmo lançada uma granada de gás lacrimogéneo, não se sabe bem por quem.

Quando o ministro da Educação iniciou o seu discurso, o problema agravou-se e, impelidos por uns e por decisão própria de outros, abandonaram a sala, registando-se então actos violentos.

Postados no exterior do teatro, esses mesmos estudantes, continuaram a lançar as suas palavras de ordem — «A luta continua — Cardia vem para a rua» e outras.

Foi então que surgiu um forte contingente da Polícia de choque, o que fez com que os presentes, excitados, bradassem — «Já vos conhecemos de 69».

Então, a força policial fez uma carga sobre os manifestantes, dispersando-os em vários sentidos produzindo ferimentos, embora ligeiros, em alguns dos estudantes, enquanto estes, como no referido ano de 1969, gritavam, em fuga — «Assassinos, assassinos».

Os contestantes, talvez umas duas centenas, mantiveram-se perto do teatro à espera de que Sottomayor Cardia saísse. Isso verificou-se por uma porta lateral e sob a protecção da Polícia, sem que tivesse havido incidentes.

Manuel Alegre: «Foram significativos»

Manuel Alegre, interrogado sobre os acontecimentos, comentou: «Os incidentes registados ontem durante o comício do Partido Socialista, em Coimbra, não tiveram, de maneira nenhuma, a envergadura que a Imprensa afecta ao PCP lhes pretende emprestar.» Acrescentou que, porém, os incidentes «tiveram importância política e foram significativos».

Assim, na opinião daquele dirigente socialista, «em primeiro lugar, porque demonstraram o isolamento de um punhado de estudantes da extrema-esquerda e do PCP em relação à grande massa da população estudantil. E, em segundo lugar, demonstraram o seu extremo isolamento à população trabalhadora da cidade.

«Contrariamente aos estudantes que, no tempo do fascismo, como Sottomayor Cardia e eu próprio, lutavam contra a ditadura — disse Manuel Alegre — estes estudantes, estes activistas, não têm o apoio da população da cidade. Nós o tínhamos. Isso é significativo.»

«Não conseguiram boicotar o comício»

«Por outro lado — e é isso que eu gostaria de sublinhar — a actuação desses elementos — continuou o dirigente socialista —, lembra singularmente a actuação dos grupos de activistas fascistas do nosso tempo. Eles são, em tudo, parecidos com o «jovem Portugal» e são tão ridículos como eram os jovens da Mocidade Portuguesa. Tratou-se, de qualquer maneira, de uma tentativa de boicotar um comício realizado de acordo com a lei, de propaganda eleitoral, numa tentativa ridícula de boicotar um comício do maior partido nacional e do partido largamente maioritário do distrito de Coimbra. Eles não conseguiram. Por isso mesmo foram obrigados a sair da sala. Deu-se a seguir a intervenção da Polícia que cumpriu o seu dever, o qual é o de assegurar a liberdade de reunião.

Manuel Alegre afirmou que a Imprensa do PCP exagerou quanto aos incidentes de Coimbra

«Quero acrescentar — concluiu — que o ministro Sottomayor Cardia passeou, tanto ontem como hoje de manhã, na companhia do grande poeta Miguel Torga, completamente à vontade, nas ruas da cidade. Aliás, as eleições do próximo domingo vão confirmar aquilo que acabo de dizer, ou seja o extremo isolamento político dos grupos a que esses activistas políticos pertencem.»

«Sente-se tranquilo em Coimbra?»

Antes de participar no comício, para o qual declarou ter sido escalado pelo secretariado do PS, Sotto Mayor Cardia fez declarações aos jornalistas de Coimbra.

Quanto ao que pensava de ter sido por proposta da UEC que se pôs termo à greve na Universidade, limitou-se a este comentário:

— Bem, se foi a UEC a decidir «não» à greve, a UEC fez bem nisso.

Sobre o encerramento da Faculdade de Economia do Porto:

— Trata-se de uma medida indispensável, uma vez que a comissão directiva provisória, constituída nos termos de um despacho do ministro baseado na lei, não pôde entrar em funcionamento. Foi, em suma, uma das tais medidas eficazes e relativamente pacíficas.

A nossa reportagem indagou se estava excluída a hipótese de encerramento de outras escolas, e o ministro, que, a outra pergunta, já nos havia respondido que «tudo se há-de normalizar, aliás já está a caminho de se normalizar», retorquiu:

— Bem, como sabe, eu sou absolutamente contrário a esses encerramentos. Mas se porventura se criarem condições que impossibilitem que outras medidas se tomem para que se ressalve a legalidade democrática, pois que se há-de fazer?...

— O sr. ministro sente-se tranquilo em Coimbra? — perguntou ainda O SECULO.

— Estou pois! Porque é que não havia de estar tranquilo? Os senhores fazem-me perguntas que me surpreendem um pouco. Não vejo bem o motivo para me perguntar se estou tranquilo. Claro que estou. Estou tranquilo em toda a parte. Em primeiro lugar, porque estou tranquilo comigo próprio; e, em segundo lugar, porque estou tranquilo em qualquer ponto do território nacional».

Setúbal: apupos

O Partido Socialista também realizou um comício em Setúbal. À entrada do Clube Naval Setubalense, juntaram-se pessoas, geralmente afectas a partidos que se proclamam à esquerda do PS, e, dirigindo-se aos que entravam no recinto, exprimiam-se de vários modos. Não faltaram os apupos, mas tudo no exterior. O comício não sofreu qualquer alteração.

Para isso, terá contribuído a acção da Polícia, que se colocou em posição estratégica. Os contestantes acabaram por dispersar.

O Clube Naval, estava repleto, e — ao que nos disseram — os participantes na sessão nem se aperceberam do que se passava na rua, já que os apupos ocorreram quando entravam os últimos assistentes.

Mário Soares na FIL

Mário Soares participou num comício do PS, realizado na Feira Internacional de Lisboa.

Por outro lado, no Liceu Nacional de Queluz, o ministro da Habitação, Eduardo Pereira, presidiu a uma sessão daquele partido, cuja assistência, tal como aconteceu após várias sessões, se dirigiu para a FIL, em cortejo automóvel.

Também o eng. Aquilino Ribeiro Machado presidiu a uma sessão, promovida pelo núcleo do PS da freguesia de S. João, tendo feito uma larga dissertação dos problemas camarários, nomeadamente no que se refere ao problema da habitação.

«No distrito de Leiria, o Governo permitiu-se, porém, ir mais longe em atitude que foca os raios do inconcebível numa sociedade democrática. Através do seu representante no distrito está a proceder durante esta semana — que precede imediatamente as eleições — a um verdadeiro «bodo aos pobres», com evidentes objectivos eleitorais.

«Com efeito, o sr. governador civil, conhecido elemento do PS, tem-se deslocado, no decorrer desta semana, a todas as Câmaras Municipais do distrito, onde reúne os presidentes das Juntas de Freguesia para entregar a cada um o subsídio de 30 000$00 e prometendo mais.

«Dispensamo-nos de comentar, visto serem mais que notórias as repercussões eleitorais deste acto.»

PELA DEMOCRACIA — Antes de uma sessão do PSD/PPD, realizada em Queluz, foi aprovada — por aclamação — a moção seguinte: «Reunidos em 8/12/76, os sociais-democratas de Queluz manifestam a repulsa pelo uso da violência utilizada pelas forças que se opõem à consolidação da democracia. Dos ataques bombistas recentemente ocorridos são um ataque à liberdade e a todos os trabalhadores que dos transportes públicos fazem o seu meio de deslocação. Manifestamos a mais viva repulsa por este acto e pedimos ao Governo para aplicar todos os esforços na denúncia dos culpados».

PLANEAMENTO URBANO — Helena Roseta, candidata à presidência da CML, em várias sessões tem apresentado a seguinte proposta de «planeamento urbano democrático, assente na intervenção da população a todos os níveis, a qual se fará através de: representantes eleitos das juntas, assembleias de freguesia e assembleia municipal; liberdade crítica dos partidos de oposição não representados na Câmara Municipal; fiscalização dos actos administrativos, quer pelas instituições democráticas e pelos tribunais, quer pela livre crítica dos cidadãos, através da opinião pública; organismos intermediários em especial sindicatos, cooperativas e comissões democráticas de moradores.

O objectivo do planeamento urbano deverá ser promover a qualidade de vida na cidade, nomeadamente através: da adaptação do Plano Director de Lisboa aos novos parâmetros económicos, sociais, políticos e democráticos; da descentralização do emprego terciário, evitando a sua excessiva concentração no «casco» da cidade; da articulação regional das redes de transportes públicos, água, esgotos e viária; de um programa integrado de habitação social e equipamentos colectivos; da criação equilibrada de zonas verdes e recreativas na cidade; da valorização da zona ribeirinha permitindo a sua recuperação para zona recreativa; da promoção das actividades culturais, lúdicas e desportivas; de medidas contra a poluição sonora, o desaparecimento dos espaços livres pelo estacionamento, a invasão pelo trânsito automóvel das áreas do peão, etc.; da limpeza geral dos edifícios e monumentos da cidade.

«A nível de cada bairro, zona ou freguesia, deverão ser elaborados planos parciais (de melhoramentos, renovação, reconversão ou recuperação conforme os casos) para os quais contribuirão decisivamente as populações organizadas.»

Devolver a cidade aos seus habitantes

Sob a presidência de João de Freitas Branco, a FEPU realizou um comício no Campo Pequeno, que, apesar da chuva, estava cheio..

Silva Graça, José Tengarrinha, Manuel Serra, António Galhordas e Carlos Costa completavam a mesa.

Freitas Branco salientou o carácter unitário da Frente. O candidato à presidência da CML, Silva Graça apontou alguns traços da política anti-social do regime fascista, responsabilizando figuras como as de França Borges, Salvação Barreto e Santos e Castro «pelo estado a que chegou a nossa cidade de Lisboa». Com a tónica de que «é tempo de devolver a cidade aos seus habitantes», Silva Graça indicou a forma de o conseguir «levando à prática o Programa que apresentamos ao Povo de Lisboa, sem perder, contudo, a perspectiva de que a solução dos grandes problemas da capital só é possível se a democracia e as liberdades forem um facto em todo o território nacional, se as grandes conquistas do 25 de Abril se consolidarem e aprofundarem, se as nacionalizações, o «contrôle» operário e a Reforma Agrária forem irreversíveis».

João de Freitas Branco presidiu ao comício do Campo Pequeno

OFENSIVA — Manuel Serra caracterizou a «ofensiva da direita» como generalizada a todos os níveis da vida portuguesa, responsabilizando, por um lado, forças de direita (como a CAP, CIP, CDS e PPD), e, por outro, o Governo, pela situação a que se chegou a nível político, económico e financeiro.

António Galhordas, a certa altura, lamentou: «Pena é que companheiros de luta antifascista, dirigentes políticos responsáveis, se encerrem num isolacionismo político suicida ou procurem alianças que estão a causar grandes prejuízos à unidade das camadas trabalhadoras e populares e podem fazer surgir uma perigosa aventura política.»

FEPU VENCERÁ — Carlos Costa frisou: «A alternativa dependerá, em muito, dos resultados das próximas eleições. A Frente Eleitoral Povo Unido vai vencer! A esquerda vai ter uma grande vitória. A situação é sem dúvida, perigosa. Mas é, sobretudo, mais rica do que nunca de promessas de uma vida melhor na nossa Pátria e para o nosso Povo.»

TORRES VEDRAS — Foram aprovadas duas moções no Campo Pequeno. A primeira: «Considerando que o acto arbitrário do juiz da Câmara de Torres Vedras ao rejeitar os processos de candidatura da FEPU referentes aos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço; que actos como este representam um claro atentado ao regime democrático encorajando o avanço das forças reaccionárias; que actos como este lançam o descrédito sobre as eleições democráticas e são factor de perturbação e desestabilização da legalidade democrática, repudiam vivamente a actuação do juiz da comarca de Torres Vedras e chamam a atenção dos órgãos do Poder e da opinião pública para esta situação de pesado significado político. Apelam aos cidadãos dos concelhos de Torres Vedras, Cadaval e Sobral de Monte Agraço para que se unam e organizem em torno dos princípios democráticos, populares e unitários da FEPU. Apoiam a decisão de se votar nas listas do «Povo Unido», cuja sigla e símbolo figuram nos boletins de voto destes concelhos.»

FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO

ACTUAÇÃO ILEGAL — A segunda moção: «Face à intervenção do Primeiro-Ministro na RTP, fazendo propaganda eleitoral em favor do seu partido e caluniando a FEPU; face à abusiva proibição da SECS do exercício do direito de resposta por parte da Frente Eleitoral Povo Unido, já considerado legítimo pela RTP; os milhares de participantes no grande comício (...) repudiam com firmeza a actuação ilegal do Primeiro-Ministro e as mentiras e calúnias por este proferidas pela TV acerca da FEPU. Exigem das entidades competentes que seja reposta a legalidade democrática, respeitando-se o direito de resposta nos termos consignados na Constituição.»

Cunhal: «Os GDUPs estão com medo»

Álvaro Cunhal participou em comícios de apoio à FEPU, nos distritos de Portalegre e Évora.

Ao falar nesta cidade, perante milhares de pessoas, o secretário-geral do PCP dedicou especial atenção aos problemas da Reforma Agrária. Aludindo à finalidade da «provocação» dos GDUPs, depois de amanhã na herdade da Lobata, Álvaro Cunhal sublinhou que essa acção não pode visar senão criar uma situação que facilite a intervenção, em grande escala, de forças militarizadas contra os trabalhadores. «Se houver incidentes — disse — eles não serão atribuídos à UDP, não serão atribuídos aos GDUPs, não serão atribuídos aos provocadores que vêm de Lisboa, serão atribuídos aos trabalhadores alentejanos. É isso que depois vai dizer a reacção».

Prosseguiu:

«Para quê isto no dia 11? Talvez para impedir votação, porque eles estão com medo do voto do povo alentejano, eles estão com medo da derrota que o povo alentejano lhes vai dar no dia 12 nas eleições. Querem criar incidentes para impedir que as eleições se desenrolem normalmente, para impedir que os trabalhadores mostrem no dia 12, através do seu voto, que estão com a Reforma Agrária, que vão defender a Reforma Agrária. É uma provocação. Devemos estar vigilantes e não cair na provocação.»

ENGANADOS TRABALHADORES — Salientou Álvaro Cunhal: «No que respeita à Reforma Agrária o que é que nós vemos? Este Governo comprometeu-se a prosseguir a Reforma Agrária. Quando vieram dizer que havia terras expropriadas abaixo dos 50 000 pontos nós vimos como os trabalhadores e os seus sindicatos estiveram de acordo em estudar todas as reclamações e foram restituídos 10 000 hectares aos antigos proprietários. Os trabalhadores cumpriram a palavra. Estudaram a situação, não exigiram mais do que a aplicação da lei. Mas o Governo, nessa mesma altura, comprometeu-se uma outra coisa: comprometeu-se a expropriar 700 000 hectares que ainda devem ser expropriados ao abrigo da lei da Reforma Agrária. E o que é que nós vimos? Os trabalhadores, enganados, cumpriram por seu lado a lei da Reforma Agrária, estiveram de acordo em que esses 10 000 hectares fossem entregues aos antigos proprietários, mas nunca mais se viu a entrega dos outros 700 000 hectares aos que trabalham a terra.»

Incidentes na Costa e RTP não é brinquedo

Contramanifestantes teriam tentado entrar à força no Cinema Copacabana, na Costa da Caparica, onde decorria um comício eleitoral do CDS e, após intervenção policial, verificar-se-iam alguns feridos.

Segundo a comissão concelhia do partido, o CDS teve de adquirir a lotação da sala, porque todos os recintos públicos da zona já tinham sido reservados por outras organizações.

Foi-nos salientado que, apesar dessa marcação, os partidos não efectuaram qualquer sessão nessas salas.

Quando se iniciava a sessão alguém teria dito, à porta do cinema: «Não podemos deixar estes gajos fazer o comício» após o que se começaram a juntar algumas dezenas de contramanifestantes, os quais mais tarde viriam a tentar forçar a entrada na sala.

De acordo com outras versões, o conflito teria sido originado porque fora impedida a entrada a pessoas que ostentavam autocolantes de partidos considerados à esquerda do PS.

RTP EM QUESTÃO — Intervenções de membros do Governo na televisão são consideradas pelo CDS como uma forma de propaganda eleitoral que está vedada aos representantes dos outros partidos. Considerando em especial a presença de Mário Soares na RTP, o partido de Freitas do Amaral enviou um telegrama ao Presidente da República e a outras entidades, em que manifesta o seu veemente protesto.

O CDS salienta que a RTP «não é um brinquedo do Governo».

DESCENTRALIZAÇÃO — Um dos grandes objectivos do CDS, ao participar nas eleições, é a descentralização do País. Citamos:

«Posto o País, como está, perante graves injustiças regionais, descentralizar é um imperativo de justiça e de igualdade e também uma necessidade urgente para o desenvolvimento económico, na medida em que faz apelo e organiza localmente novas energias e capacidades até hoje não utilizadas ou subempregadas. «Regionalização — Urgente» é uma palavra de ordem permanente nas preocupações do CDS. Reforçar a capacidade financeira das autarquias através de uma mais justa distribuição entre os poderes local e central das receitas fiscais cobradas em cada região e da criação de dotações financeiras regionais, segundo critérios redistributivos, a reorganização do sistema de transportes e comunicações, por forma a cobrir equitativamente todo o território; o revigoramento do associativismo entre municípios e do associativismo regionalista de um modo geral; e o reforço das atribuições e poderes dos órgãos autárquicos, devolvendo-lhes pelo menos aqueles que lhes foram retirados pelos Governos Provisórios e pelo Governo actual, sob a aparência de diplomas técnicos — são, entre outras, necessidades indispensáveis para uma efectiva descentralização e, por conseguinte, para a eficácia e realidade do poder local. Daí que sejam, a nível nacional, uma característica comum das candidaturas do Centro Democrático Social.»

LAMEGO — No Teatro Ribeiro Conceição, nesta cidade, efectuou-se um comício-festa organizado pelo CDS. Usaram da palavra o deputado José da Silva Mendes Morgado, a escritora Odete Saint-Maurice e, por último, um dos elementos que preenche a lista dos candidatos à administração da Câmara, José Cândido da Silva Proença, o qual, num fluente discurso, fez a análise do programa do CDS. A finalisar, frei Vicente executou algumas interpretações do seu reportório.

Mobilizar todos evitar o abismo

«As próximas eleições vão, de facto, dar a oportunidade de podermos mobilizar todos os portugueses para a construção do nosso País, para não deixar que o levem para o abismo que alguns preparam, e alguns prepararam conscientemente nestes dois anos» — afirmou Sá Carneiro, durante um comício, no Palácio de Cristal, do Porto.

O presidente do PSD acrescentou que o partido respondia «não» à anarquia e à opressão e «sim» ao poder local.

Sá Carneiro protestou, depois, contra o facto de, nos meios televisisos, não terem sido dadas as mesmas facilidades aos outros partidos como as que têm sido proporcionadas ao partido do Governo, como é o caso da última intervenção de Mário Soares.

Aludiu à actuação dos governadores civis, que só se preocupam com os seus distritos no período eleitoral, afirmando que o Governo minoritário contou, durante quatro meses, com a expectativa exigente e crítica do PPD, mas que, «ao fim desse tempo, sentimos a obrigação, para corresponder ao nosso dever de sociais-democratas, de dizer que esse Governo não cumpriu e pode contar com a nossa oposição, porque não cumpriu as suas promessas, não cumpriu os seus deveres».

E a concluir: «Tínhamos um Governo mais preocupado com a sua sobrevivência, e com os problemas internos do seu partido, do que com o próprio País.

Encerrou a série de discursos o dr. Olívio França, candidato à CMP.

«Bodo aos pobres»

O PSD distribuiu um comunicado, do qual salientamos:

«A Lei Eleitoral recomenda — e a Comissão Nacional de Eleições para tal tem chamado a atenção — às entidades públicas a mais rigorosa neutralidade e imparcialidade na campanha eleitoral, não podendo praticar actos que de qualquer modo favoreçam um concorrente às eleições.

PSD/PPD

«Esta disposição não tem sido observada pelo PS, o partido do Governo, sendo justo motivo de escândalo para o povo as recentes e «maciças» deslocações de membros do Governo a diversos distritos, dialogando e prometendo em clara atitude eleitoralista.

A Câmara limita-se a carimbar ovos

O MRPP tem efectuado várias sessões públicas, quer em Lisboa, quer noutros pontos do País. Por outro lado, foi ontem distribuído o programa da lista que concorre à CML. No que respeita a uma «política de abastecimento ao serviço do Povo», citamos:

«Uma das mais duras consequências da bancarrota económica e da exploração que a ditadura do capital faz abater sobre as massas é a escassez ou o preço exorbitante dos alimentos. O espectro da fome e da subalimentação está presente ante o povo da cidade. Só entre Agosto de 1975 e Agosto de 1976, e de acordo com as falsificadíssimas estatísticas oficiais, em Lisboa, os legumes aumentaram 145,3 por cento, as hortaliças e batatas, 151 por cento, as carnes, 107,1 por cento, a criação, 60,7 por cento, o leite e os ovos, 30,7 por cento!»

ESPECULADORES — «Também aqui, a política do Município e dos sucessivos partidos, PS, FE«PU», etc., ...que o têm gerido é, antes como após 25 de Abril, em tudo idêntica: proteger as actividades dos grandes produtores, comerciantes, intermediários, especuladores e açambarcadores que monopolizam todos os aspectos do circuito de armazenagem, distribuição e comercialização dos géneros consumidos na cidade.»

MRPP

A FINGIR — «A câmara limita-se a carimbar ovos, a pasteurizar o leite, a fingir que verifica a qualidade dos frangos abatidos para consumo (de facto, nesse serviço há um só veterinário, que se limita a espreitar para os animais que as operárias têm o cuidado de pôr de parte por não estarem manifestamente em condições) e a fiscalizar — entenda-se a perseguir e reprimir os pequenos comerciantes — os mercados municipais (quantos sem as mais elementares condições de higiene e existindo quase só onde a burguesia deles precisa) para que toda a sorte de ladrões e exploradores possam — assim «legalizados» e protegidos — vir explorar o povo livremente na cidade assim generosamente franqueada...»

A lei mais infeliz depois do Estado Novo

«As eleições para as autarquias têm sido mostradas aos portugueses de forma totalmente errada, nomeadamente em dois aspectos fundamentais: como sendo o fecho, o cimbre do caminho do nosso Povo para a democracia e como sendo uma espécie de forma de ratificar ou fazer cair o Governo do Partido Socialista.»

As palavras são de Borges de Carvalho, primeiro candidato da lista popular monárquica à assembleia municipal de Lisboa. Este e outros candidatos desta organização têm usado da palavra em várias sessões.

A MAIS INFELIZ — Continuou: «Para o PPM, partido democrático, monárquico e comunalista, único partido português que faz desde a primeira hora a defesa da autonomia regional autêntica, atribuir a estas eleições a mágica virtude de completar a democracia é um excesso formalista condenável: talvez elas sejam — apesar de condicionadas por uma lei que é talvez a mais infeliz que se publicou em Portugal desde

Aos Exmos. livreiros e público em geral.

•

Estamos em pleno Natal! Iniciámos a distribuição do famoso livro de cozinha

O PANTAGRUEL.

A prenda mais desejada por todas as senhoras.

Se ainda não foram contactados pela nossa equipa de vendas, envie-nos com urgência as suas requisições.

distribuidora O SECULO